

450

**INSTITUTO QUADRIX
E OUTRAS INSTITUIÇÕES**



QUESTÕES

COM RESPOSTAS

SÓ 
QUESTÕES

SEDES-DF

TÉCNICO EM DESENVOLVIMENTO E ASSISTÊNCIA SOCIAL (TDAS)

- ▶ Língua Portuguesa
- ▶ Conhecimentos do Distrito Federal, Política para Mulheres, Legislação e Noções de Primeiros Socorros
- ▶ Fundamentos, Organização, Gestão e Marcos Operacionais do SUAS
- ▶ Programas, Benefícios e Instrumentos Socioassistenciais do Distrito Federal





AVISO IMPORTANTE: **Este é um Material de Demonstração**

Este arquivo representa uma prévia exclusiva da apostila.

Aqui, você poderá conferir algumas páginas selecionadas para conhecer de perto a qualidade, o formato e a proposta pedagógica do nosso conteúdo. Lembramos que este não é o material completo.



POR QUE INVESTIR NA APOSTILA COMPLETA?



- × Conteúdo totalmente alinhado ao edital.
- × Teoria clara, objetiva e sempre atualizada.
- × Dicas práticas, quadros de resumo e linguagem descomplicada.
- × Questões gabaritadas
- × Bônus especiais que otimizam seus estudos.

Aproveite a oportunidade de intensificar sua preparação com um material completo e focado na sua aprovação:
Acesse agora: www.apostilasopcao.com.br

Disponível nas versões impressa e digital, com envio imediato!

Estudar com o material certo faz toda a diferença na sua jornada até a APROVAÇÃO.





SEDES-DF

SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL DO
DISTRITO FEDERAL

GABARITANDO 450 Questões Gabaritadas TÉCNICO EM DESENVOLVIMENTO E ASSISTÊNCIA SOCIAL (TDAS)

EDITAL Nº 1, DE 13 DE MAIO DE 2026

CÓD: OP-123MA-26
7908403593965

ÍNDICE

Questões Gabaritadas:

1. Língua Portuguesa	5
2. Conhecimentos do Distrito Federal, Política para Mulheres, Legislação e Noções de Primeiros Socorros.....	71
3. Fundamentos, Organização, Gestão e Marcos Operacionais do SUAS.....	91
4. Programas, Benefícios e Instrumentos Socioassistenciais do Distrito Federal.....	119

LÍNGUA PORTUGUESA

1. (2025)

Texto para a questão

Saúde é democracia

“Saúde é democracia” é uma expressão que decorre da ideia de que “Democracia é saúde”, defendida pelo sanitarista Sergio Arouca em seu discurso de abertura na 8ª Conferência Nacional de Saúde (8ª CNS), realizada em 1986. Naquele momento, em pleno processo de redemocratização do Brasil, discutia-se um novo paradigma do conceito ampliado de saúde que se materializa, apesar de todas as resistências políticas e econômicas, na criação do Sistema Único de Saúde (SUS).

Em sua fala, Arouca explicou essa mudança de paradigma, a partir de sua interpretação do conceito de saúde proposto pela Organização Mundial de Saúde, afirmando que saúde não é simplesmente ausência de doença: “é um bem-estar social que pode significar que as pessoas tenham mais alguma coisa do que somente não estar enfermos: que tenham direito à casa segura, ao trabalho, ao salário condigno, à água, à vestimenta, à educação, às informações sobre como dominar o mundo e transformá-lo. Que tenham direito ao meio ambiente que não lhes seja agressivo, e que, pelo contrário, permita uma vida digna e decente. Direito a um sistema político que respeite a livre opinião, a livre possibilidade de organização e autodeterminação de um povo, e que não esteja todo tempo submetido ao medo da violência, da violência derivada da miséria, e que resulta no roubo. Que não esteja também submetido ao medo da violência de um governo contra o seu próprio povo, para que sejam mantidos interesses que não são do povo”.

Essa definição de saúde está diretamente relacionada ao conceito de democracia, não sendo possível melhorar a saúde das pessoas se não melhorar em paralelo a qualidade geral de vida, o que, por sua vez, também não é possível enquanto persistir um modelo econômico concentrador de renda e excludente e um modelo político autoritário.

Diante do cenário recente de ameaças à democracia brasileira, a direitos sociais estabelecidos pela Constituição Federal de 1988 e a outras conquistas da população, o site PenseSUS relembra as expressões “Saúde é democracia” e “Democracia é saúde”, ressaltando que, do mesmo modo que um processo democrático foi fundamental para implantar o SUS, a resistência a partir do movimento sanitário que lhe deu base e sustentabilidade se faz ainda mais necessária, em defesa da democracia em nosso país.

Internet: <pensesus.fiocruz.br> (com adaptações)

Considerando-se o contexto das frases, assinale a opção em que todas as palavras estão grafadas corretamente.

- (A) Nenhuma cessão de fisioterapia será iniciada sem antes um profissional auferir a pressão arterial do paciente afim de evitar oscilações cardíacas.
- (B) O oftalmologista decidiu delatar as pupilas do paciente, por que precisava de mais informações a respeito do quadro clínico do jovem, para ratificar seu diagnóstico.
- (C) Há cerca de 30 anos, tentou-se retificar um limitado conceito de saúde, porque havia a necessidade de esclarecimentos acerca da concepção de democracia.
- (D) O paciente efetivou seu tratamento com seções de banho de acento frequentes e obteve resultados positivos a cerca de uma semana.
- (E) O médico teve o registro profissional caçado, ao tachar, indevidamente, serviços discriminados e tabelados pelo governo.

AMOSTRA

2. (2025)**Texto para a questão.****Pistu, o menino do dedo vermelho**

Pistu desde criança vivia com um dom: tudo o que tocava ganhava sangue e vida. Tocou pássaros, gatos, cães, um bebê natimorto. Um dia, pôs o indicador sobre uma roseira e feriu-se num espinho. Seu sangue tingiu o botão mais branco da mais bela rosa que já vira. E a roseira morreu.

Internet: <folhadabaixada.com.br> (com adaptações)

No trecho “Um dia, pôs o indicador sobre uma roseira e feriu-se num espinho”, a forma verbal “pôs” foi corretamente empregada no texto, com acento circunflexo e “s” ao final. A partir dessa informação e considerando as questões ortográficas, assinale a opção em que há um erro de grafia.

- (A) muçarela
- (B) raízes
- (C) joia
- (D) paisinho
- (E) torácico

3. (2025)

Leia o texto para responder a questão abaixo.

Justiça determina que apenas farmacêuticos dispensem medicamentos controlados na rede municipal de saúde de Aracaju

O MPE instaurou um procedimento após o Conselho Regional de Farmácia realizar uma denúncia em 2022, quando foram apontadas irregularidades nas farmácias e dispensários de medicamentos públicos da capital.

A Justiça determinou que apenas farmacêuticos façam a entrega de medicamentos antibióticos e controlados em toda a rede municipal de saúde de Aracaju. A decisão foi feita após pedido do Ministério Público de Sergipe (MPE).

O MPE instaurou um procedimento após o Conselho Regional de Farmácia denunciar, em 2022, irregularidades existentes nas farmácias e dispensários de medicamentos públicos de Aracaju, que contavam com farmacêutico em apenas uma parte do expediente.

O Ministério Público apurou que essas unidades de saúde atuam com dispensação de psicotrópicos e medicamentos sujeitos a controle especial, atividades que dependem, essencialmente, de um profissional especializado em farmácia.

Antes de ajuizar a ação, o MPE informou que encaminhou ofícios e realizou audiências com a Secretaria Municipal de Saúde para “solucionar a demanda de maneira extrajudicial, no entanto, com a continuidade das irregularidades, o órgão ministerial ingressou com a ação e obteve a sentença”.

O que diz a prefeitura de Aracaju

Bem antes da publicação dessa sentença, a Secretaria Municipal de Saúde constituiu, em parceria com o Conselho Regional de Farmácia de Sergipe (CRF-SE), um grupo técnico de trabalho com o objetivo de aprimorar a assistência farmacêutica na rede municipal de saúde.

Os esforços da SMS e do Conselho Regional de Farmácia são no sentido de garantir não apenas a disponibilidade de medicamentos, mas também a presença de profissionais qualificados para planejar, controlar e realizar a dispensação de forma organizada e com base em protocolos rigorosos.

A Secretaria Municipal de Saúde também entende que a figura do farmacêutico é fundamental para a gestão eficiente dos recursos e para a melhoria do atendimento à população.

Internet: <www.g1.globo.com> (com adaptações)

A palavra “psicotrópicos” aparece corretamente acentuada no texto. Assinale a opção em que aparecem outras três palavras acentuadas pela mesma regra de “psicotrópicos”.

- (A) português – colégio – estátua
- (B) ensaísta – pântano – balaústre
- (C) ápice – efêmero – insetívoro
- (D) código – faíscas – êmbolo
- (E) íntimo – júri – paetês

4. (2025)

Texto base para questão abaixo.

A imunização da população, além de prevenir doenças graves, contribui para reduzir a disseminação de agentes infecciosos na comunidade, protegendo aqueles que não podem ser vacinados por motivos de saúde. Entre as formas

CONHECIMENTOS DO DISTRITO FEDERAL, POLÍTICA PARA MULHERES, LEGISLAÇÃO E NOÇÕES DE PRIMEIROS SOCORROS

1. (2026)

A construção de Brasília representou uma importante transformação na organização territorial brasileira. Considerando o contexto histórico apresentado, assinale a alternativa que melhor caracteriza a transferência da capital federal para o Planalto Central.

- (A) Foi uma decisão exclusivamente arquitetônica, sem relação com políticas de desenvolvimento regional.
- (B) Resultou da necessidade de aproximar a capital das principais áreas industriais localizadas no litoral brasileiro.
- (C) Constituiu a culminância de um projeto de Estado voltado à interiorização do desenvolvimento e à integração do território nacional.
- (D) Foi realizada para substituir as atividades econômicas do Centro-Oeste pela administração pública federal.
- (E) Teve como objetivo principal transferir para Goiás todas as funções políticas anteriormente exercidas pelo Rio de Janeiro.

2. (2026)

O Plano Piloto de Brasília, elaborado por Lúcio Costa, expressou princípios do Urbanismo Modernista. De acordo com esses princípios, a organização espacial da cidade foi estruturada principalmente:

- (A) pelo cruzamento do Eixo Rodoviário, predominantemente residencial, com o Eixo Monumental, de caráter administrativo e político.
- (B) pela concentração das atividades residenciais, comerciais e administrativas em uma única área central.
- (C) pela prioridade concedida à circulação de pedestres em ruas estreitas e densamente ocupadas.
- (D) pela reprodução do traçado urbano colonial das cidades históricas brasileiras.
- (E) pela eliminação dos espaços destinados às funções políticas e administrativas.

3. (2026)

A setorização rigorosa das funções urbanas foi uma das características do projeto modernista de Brasília. Nesse contexto, a setorização consistia:

- (A) na distribuição aleatória das atividades urbanas para impedir a concentração populacional.
- (B) na criação de municípios autônomos dentro do território do Distrito Federal.
- (C) na substituição das áreas residenciais por grandes complexos administrativos.
- (D) na eliminação das diferenças entre áreas urbanas e rurais.
- (E) na definição de áreas específicas para moradia, comércio, lazer e administração, buscando racionalizar a vida cotidiana.

4. (2026)

Apesar da proposta de construção de uma cidade funcional e igualitária, o processo de formação de Brasília produziu profundas contradições sociais. A respeito da situação dos candangos, assinale a alternativa correta.

- (A) Foram integralmente absorvidos pelas áreas residenciais centrais do Plano Piloto.
- (B) Enfrentaram o alto custo de vida e a insuficiência de moradias populares, o que contribuiu para o surgimento de núcleos urbanos fora do Plano Piloto.
- (C) Eram formados exclusivamente por trabalhadores provenientes do estado de Goiás.
- (D) Receberam, desde o início da construção, moradias permanentes próximas ao Eixo Monumental.
- (E) Foram impedidos de permanecer no Distrito Federal após a inauguração da capital.

5. (2026)

A formação de cidades como Taguatinga e Sobradinho está relacionada às contradições do planejamento territorial de Brasília. Segundo o texto, essas localidades surgiram principalmente:

- (A) para concentrar os órgãos administrativos federais afastados do Plano Piloto.

AMOSTRA

- (B) como áreas industriais destinadas exclusivamente à produção de bens de consumo.
- (C) para substituir as antigas cidades goianas que foram incorporadas ao Distrito Federal.
- (D) para abrigar a população que não encontrava condições de moradia no centro planejado.
- (E) como municípios politicamente autônomos, dotados de prefeitos e câmaras municipais.

6. (2026)

A fundação de Brasília modificou a dinâmica econômica e territorial do Centro-Oeste. Entre os efeitos desse processo, destaca-se:

- (A) a interrupção dos fluxos migratórios para Goiás e Minas Gerais.
- (B) a redução da importância das ligações rodoviárias entre o Norte e o Sul do Brasil.
- (C) a expansão da fronteira agrícola e a criação de novas rotas logísticas terrestres.
- (D) o abandono das atividades agropecuárias nas áreas próximas ao Distrito Federal.
- (E) a concentração da população brasileira exclusivamente nas áreas litorâneas.

7. (2026)

O Distrito Federal é frequentemente denominado “berço das águas” em razão de suas características geográficas. Essa denominação está relacionada:

- (A) à presença de áreas de recarga e de nascentes que contribuem para importantes bacias hidrográficas, como Paraná, São Francisco e Tocantins-Araguaia.
- (B) à existência de rios navegáveis que conectam diretamente Brasília ao Oceano Atlântico.
- (C) à predominância de áreas permanentemente alagadas durante todo o ano.
- (D) à localização do Distrito Federal na maior planície fluvial brasileira.
- (E) à ausência de períodos de seca e à elevada umidade relativa do ar em todas as estações.

8. (2026)

O clima do Distrito Federal apresenta forte sazonalidade. Considerando as características do clima Tropical de Altitude, assinale a alternativa correta.

- (A) O inverno é marcado por chuvas intensas e frequentes enchentes.

- (B) As temperaturas permanecem negativas durante a maior parte do ano.
- (C) O verão apresenta ausência de precipitações e baixíssima umidade.
- (D) As estações do ano possuem distribuição uniforme das chuvas.
- (E) O inverno apresenta seca acentuada, baixa umidade relativa do ar e maior risco de queimadas.

9. (2026)

A identidade cultural do Distrito Federal foi formada por intensos fluxos migratórios. Nesse processo, a população inicial da nova capital recebeu contribuição significativa:

- (A) exclusivamente de imigrantes europeus e asiáticos.
- (B) de mineiros, goianos e, de modo predominante, migrantes nordestinos.
- (C) apenas de servidores públicos oriundos do Rio de Janeiro.
- (D) exclusivamente de comunidades indígenas aldeadas no Planalto Central.
- (E) somente de trabalhadores provenientes das regiões Sul e Sudeste.

10. (2026)

A distribuição social e étnico-racial da população do Distrito Federal evidencia desigualdades territoriais. A dualidade socioespacial indicada no texto caracteriza-se:

- (A) pela concentração da população de menor renda nas regiões centrais mais valorizadas.
- (B) pela distribuição igualitária da infraestrutura e dos serviços públicos em todas as Regiões Administrativas.
- (C) pela ausência de relação entre valorização imobiliária e localização das diferentes classes sociais.
- (D) pela concentração de infraestrutura e renda nas áreas centrais, enquanto regiões periféricas enfrentam maiores carências de serviços.
- (E) pela inexistência de diferenças demográficas entre o Plano Piloto e as áreas periféricas.

FUNDAMENTOS, ORGANIZAÇÃO, GESTÃO E MARCOS OPERACIONAIS DO SUAS

1. (2026)

O planejamento de longo prazo é uma tarefa desafiadora no campo das políticas públicas. O Plano de Assistência Social, o Plano Decenal e os Planos de Providências e de Apoio referentes ao Pacto de Aprimoramento do SUAS estão respaldos na Norma Operacional Básica (NOB/SUAS/2012).

De acordo com a NOB, o processo de planejamento para o alcance de metas de aprimoramento do SUAS deve ser orientado por indicadores. Sendo assim, a partir da apuração do Índice de Desenvolvimento do SUAS (ID SUAS), os Estados, o Distrito Federal e os municípios são agrupados em

- (A) graus de satisfação.
- (B) faixas distintas.
- (C) setores prioritários.
- (D) tipos de resultados.
- (E) níveis de gestão.

2. (2026)

Assinale a alternativa que apresenta **corretamente** uma das seguranças socioassistenciais afiançadas no Sistema Único de Assistência Social.

- (A) Segurança de convivência familiar: promover condições para que usuários ampliem capacidades, protagonismo e acesso a direitos, reduzindo vulnerabilidades.
- (B) Segurança de acolhida: garantir que a pessoa seja recebida, escutada e acompanhada em suas demandas, com vínculo e referência.
- (C) Segurança de rendimento e de suprimento de necessidades: assegurar condições para manter, fortalecer ou reconstruir vínculos familiares e comunitários.
- (D) Segurança de desenvolvimento da autonomia: assegurar acesso a benefícios e provisões materiais que contribuam para atender a necessidades básicas de subsistência.
- (E) Segurança de convivência comunitária: assegurar que a pessoa seja acolhida e acompanhada em suas necessidades, com estabelecimento de vínculo.

3. (2025)

Conforme a Resolução CNAS nº 33/2012, analise as assertivas abaixo:

I. A garantia de proteção socioassistencial compreende a precedência da proteção social básica, com o objetivo de prevenir situações de risco social e pessoal.

II. É diretriz estruturante da gestão do SUAS a primazia da responsabilidade do Estado na condução da política de assistência social.

III. O SUAS é integrado pelos entes federativos, pelos respectivos conselhos de assistência social e pelas entidades e organizações de assistência social abrangidas pela Lei nº 8.742/1993 (LOAS).

Quais estão **corretas**?

- (A) Apenas I.
- (B) Apenas II.
- (C) Apenas I e II.
- (D) I, II e III.

4. (2025)

Um dos princípios organizacionais do SUAS é a intersetorialidade. Como ela é definida na Resolução nº 33/2012?

- (A) Como a atuação independente dos diversos setores públicos, permitindo que as políticas de assistência social sejam realizadas sem depender da articulação com outras áreas, proporcionando maior agilidade na implementação dos serviços.
- (B) Como a delimitação de competências específicas para cada política setorial, garantindo que a assistência social atue apenas em situações relacionadas ao âmbito socioeconômico, sem sobreposição de responsabilidades com outras políticas.

AMOSTRA

(C) Como um modelo de execução fragmentado das ações sociais, priorizando a descentralização dos recursos e a atuação autônoma de cada município, independentemente das políticas estaduais ou federais.

(D) Como a integração e articulação da rede socioassistencial com demais políticas e órgãos setoriais.

5. (2025)

A estrutura do Plano de Assistência social, conforme descrito na Resolução no 33/2012, consiste em, dentre outros:

(A) Produção de conhecimentos sobre a pobreza.

(B) Diagnóstico situacional.

(C) Indicadores de monitoramento e avaliação.

(D) Normatizar o financiamento integral dos serviços.

(E) Alimentar o Censo SUAS.

6. (2025)

O modelo de gestão das Proteções Básica e Especial do SUAS é descentralizado e participativo, pautado no pacto federativo, no qual são detalhadas as atribuições dos três níveis de governo na provisão das ações socioassistenciais. A União formula, apoia, articula e coordena as ações, enquanto os Estados e municípios são responsáveis pela gestão em seu âmbito de competência. Na gestão do SUAS, organizar, coordenar, articular, acompanhar e monitorar a rede de serviços da proteção social básica e especial constituem responsabilidades do Distrito Federal e

(A) da União.

(B) dos municípios.

(C) dos três entes federados.

(D) dos Estados.

(E) da União e respectivo Estado.

7. (2024)

O SUAS representa uma nova forma de organizar e gerir a Assistência Social brasileira. Planejado e executado pelos governos federal, estaduais, do Distrito Federal (DF) e municipais, em estreita parceria com a sociedade civil, garante a Assistência Social devida a milhões de brasileiros, em todas as faixas etárias. O principal enfoque do Sistema Único de Assistência Social (SUAS) na reorganização da política de assistência social no Brasil é:

(A) Alteração na lógica de transferências dos recursos para Estados, DF e municípios unificando e centralizando os recursos.

(B) Compreende como sua maior tecnologia política o conjunto de equipamentos e serviços, o campo dos recursos humanos.

(C) Hierarquização e complementaridade entre proteção social básica e proteção social especial de alta e média complexidade.

(D) A família é a referência na definição e execução dos serviços, programas, projetos e benefícios sendo organizados de acordo com suas demandas e necessidades.

8. (2024)

Leia a afirmativa a seguir.

A política de _____, que tem por funções a proteção social, a vigilância socioassistencial e a defesa de direitos, organiza-se sob a forma de sistema público não contributivo, descentralizado e participativo, denominado Sistema Único de Assistência Social (SUAS).

Marque a opção que preenche corretamente a lacuna.

(A) saúde

(B) educação

(C) meio ambiente

(D) assistência social

(E) previdência social

9. (2024)

De acordo com a Norma Operacional Básica do Sistema Único de Assistência Social - NOB/SUAS. Analise os itens a seguir:

I- A convocação das conferências de assistência social pelos conselhos de assistência social se dará ordinariamente a cada 4 (quatro) anos.

II- Os conselhos de assistência social são instâncias deliberativas colegiadas do SUAS, vinculadas à estrutura do órgão gestor de assistência social da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, com caráter permanente e composição paritária entre governo e sociedade civil.

III- O Conselho Nacional de Assistência Social deve prestar assessoramento aos Conselhos de Assistência Social dos Municípios, Estados e do Distrito Federal.

PROGRAMAS, BENEFÍCIOS E INSTRUMENTOS SOCIOASSISTENCIAIS DO DISTRITO FEDERAL

1. (2026)

Nos termos do art. 1º da Lei nº 7.009/2021, o Cartão Prato Cheio foi instituído como programa destinado a:

- (A) amparar famílias em situação de insegurança alimentar e nutricional.
- (B) financiar aluguel residencial emergencial.
- (C) conceder gás liquefeito de petróleo a famílias de baixa renda.
- (D) promover capacitação ambiental de catadores.
- (E) custear despesas funerárias de famílias vulneráveis.

2. (2026)

Conforme o art. 2º da Lei nº 7.009/2021, o benefício do Cartão Prato Cheio é concedido por meio de:

- (A) saque mensal em espécie.
- (B) crédito para aquisição de gêneros alimentícios.
- (C) depósito em poupança bloqueada.
- (D) desconto tarifário em serviços públicos.
- (E) repasse para pagamento de aluguel.

3. (2026)

De acordo com o art. 2º, § 1º, da Lei nº 7.009/2021, as concessões do Cartão Prato Cheio dependem de:

- (A) aprovação judicial prévia.
- (B) contratação de seguro social.
- (C) disponibilidade orçamentária específica.
- (D) autorização do Conselho Tutelar.
- (E) contribuição mensal do beneficiário.

4. (2026)

Segundo o art. 2º, § 4º, da Lei nº 7.009/2021, acrescido pela Lei nº 7.294/2023, o prazo para utilização do crédito do Cartão Prato Cheio, a partir da concessão, não pode ser inferior a:

- (A) 3 meses.
- (B) 6 meses.
- (C) 9 meses.

(D) 12 meses.

(E) 24 meses.

5. (2026)

Conforme o art. 2º, § 5º, da Lei nº 7.009/2021, acrescido pela Lei nº 7.294/2023, é proibida a utilização do crédito do Cartão Prato Cheio para aquisição de:

- (A) frutas e verduras.
- (B) arroz e feijão.
- (C) leite e cereais.
- (D) carnes e ovos.
- (E) bebida alcoólica, cigarro ou produto sem natureza estritamente alimentar.

6. (2026)

Nos termos do art. 3º da Lei nº 7.009/2021, o crédito do Cartão Prato Cheio possui a característica de ser:

- (A) intransferível.
- (B) livremente negociável.
- (C) acumulável por terceiros.
- (D) transferível entre familiares.
- (E) conversível em dinheiro.

7. (2026)

Conforme o art. 4º da Lei nº 7.009/2021, cabe ao Banco de Brasília, no âmbito do Cartão Prato Cheio:

- (A) definir os critérios de renda.
- (B) confeccionar e carregar os cartões solicitados pela Sedes/DF.
- (C) selecionar diretamente todos os beneficiários.
- (D) fiscalizar domicílios dos usuários.
- (E) regulamentar o valor do benefício por portaria.

8. (2026)

De acordo com o art. 5º da Lei nº 7.009/2021, a coordenação, gestão e operacionalização do Cartão Prato Cheio cabem à:

- (A) Secretaria de Estado de Economia.
- (B) Câmara Legislativa do Distrito Federal.

AMOSTRA

- (C) Secretaria de Estado de Desenvolvimento Social do Distrito Federal.
- (D) Defensoria Pública do Distrito Federal.
- (E) Companhia Urbanizadora da Nova Capital.

9. (2026)

Nos termos do art. 6º da Lei nº 7.009/2021, o Poder Executivo deve promover ampla divulgação, inclusive no Portal da Transparência, dos:

- (A) contratos privados dos mercados credenciados.
- (B) relatórios bancários sigilosos.
- (C) dados pessoais sensíveis dos dependentes.
- (D) critérios de concessão, lista de beneficiários e recursos investidos.
- (E) nomes dos servidores responsáveis por cada cartão.

10. (2026)

Segundo o art. 2º do Decreto nº 42.873/2021, o Programa Prato Cheio é concedido por meio de crédito no valor de:

- (A) R\$ 60,00.
- (B) R\$ 100,00.
- (C) R\$ 150,00.
- (D) R\$ 200,00.
- (E) R\$ 250,00.

11. (2026)

Conforme o art. 2º, § 1º, I, do Decreto nº 42.873/2021, um dos critérios para concessão do Programa Prato Cheio é possuir renda familiar per capita:

- (A) igual ou inferior a meio salário mínimo.
- (B) igual ou inferior a três salários mínimos.
- (C) superior a meio salário mínimo.
- (D) igual a um salário mínimo integral.
- (E) limitada a R\$ 70,00.

12. (2026)

De acordo com o art. 2º, § 1º, II, do Decreto nº 42.873/2021, o beneficiário do Programa Prato Cheio deve estar em:

- (A) situação de inadimplência fiscal.
- (B) processo de habilitação habitacional.
- (C) situação de insegurança alimentar.
- (D) cumprimento de medida socioeducativa.
- (E) contrato de trabalho formal.

13. (2026)

Conforme o art. 2º, § 1º, III, do Decreto nº 42.873/2021, é critério para concessão do Prato Cheio estar inscrito:

- (A) exclusivamente em cadastro municipal.
- (B) no Cadastro Único ou no Sistema de Informação da Sedes/DF.
- (C) apenas no cadastro da Receita Federal.
- (D) no cadastro eleitoral distrital.
- (E) em associação comunitária credenciada.

14. (2026)

Segundo o art. 2º, § 2º, I, do Decreto nº 42.873/2021, com redação alterada pelo Decreto nº 48.095/2025, são priorizadas, em primeiro lugar:

- (A) famílias com pessoas idosas.
- (B) famílias com pessoas com deficiência.
- (C) famílias com crianças de 0 a 6 anos.
- (D) famílias em situação de Insegurança Alimentar e Nutricional Grave.
- (E) famílias monoparentais chefiadas por homens.

15. (2026)

Nos termos do art. 2º, § 2º, VI, do Decreto nº 42.873/2021, acrescido pelo Decreto nº 48.095/2025, inclui-se entre os grupos prioritários:

- (A) servidores públicos aposentados.
- (B) estudantes universitários de baixa renda.
- (C) trabalhadores formais desempregados há menos de 30 dias.
- (D) famílias com renda superior a um salário mínimo.
- (E) população em situação de rua, com Plano Individual de Acompanhamento, em processo de saída de rua.

16. (2026)

Conforme o art. 2º, § 3º, do Decreto nº 42.873/2021, respeitada a priorização, a concessão do benefício seguirá:

- (A) ordem cronológica de solicitação, conforme disponibilidade orçamentária mensal.
- (B) sorteio público anual.
- (C) ordem alfabética dos beneficiários.
- (D) indicação parlamentar.
- (E) distribuição por região administrativa sem critérios técnicos.



GOSTOU DESSE MATERIAL?

Imagine o impacto da versão **COMPLETA** na sua preparação. É o passo que faltava para garantir aprovação e conquistar sua estabilidade. Ative já seu **DESCONTO ESPECIAL!**

EU QUERO SER APROVADO!

